ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **dwyXz73wNinL** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

Ocupar, colonizar, urbanizar a Amazônia Legal (1970-80): ações oficiais e privadas na criação de núcleos urbanos

Autores:
Átila Rezende Fialho - FAU-UnB - atila.rezende1993@gmail.com
Ricardo Trevisan - FAU-UnB - prof.trevisan@gmail.com

Resumo:

A Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) compreendeu um período de esforço nacional para a integração capitalista da Amazônia, estruturado em um pensamento desenvolvimentista. O militar desenvolvimentismo propagava duas convicções: uma de que estaríamos em um estágio atrasado de avanço civilizatório e a segunda de que tínhamos um potencial subaproveitado, do qual poderíamos usufruir para alcançar um projeto de nação desenvolvida. A abordagem aqui se debruça na materialização desses esforços por meio da criação de cidades novas, visando uma colonização dirigida do território que até então se encontrava pouco habitada. Muitos projetos, desenvolvidos pela SUDAM, pelo INCRA e por outros setores do governo federal, colocaram energia nunca antes vista para capacitar de infraestrutura, atrair força de trabalho e investidores, nacionais e internacionais, subsidiar a produção e concretizar projetos de assentamentos, inseridos nos planos e projetos: PROTERRA, PIN, PND, POLAMAZÔNIA, PRODOESTE e Projeto RADAM. Nessa conjuntura, casos de cidades merecem destaque: núcleos que nasceram de política pública, especificamente do planejamento do INCRA, ou que foram planejados por empreendedores privados a fim de assentar a mão de obra de uma produção específica e lucrar com investimentos imobiliários. Objetiva-se, com isso, ter uma compreensão mais clara acerca dos projetos de ocupação da Amazônia Legal entre 1970 e 1980, das ações do INCRA e das cidades novas criadas nesse contexto. Igualmente espera-se constituir um retrato da ocupação territorial, a partir de um recorte temporal preciso, da região centro-norte, gerando maior compreensão sobre processos de urbanização regionais e práticas urbanísticas adotadas.

OCUPAR, COLONIZAR, URBANIZAR A AMAZÔNIA LEGAL (1970-80)

Ações oficiais e privadas na criação de núcleos urbanos

RESUMO

A Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) compreendeu um período de esforço nacional para a integração capitalista da Amazônia, estruturado em um pensamento desenvolvimentista. O militar desenvolvimentismo propagava duas convicções: uma de que estaríamos em um estágio atrasado de avanço civilizatório e a segunda de que tínhamos um potencial subaproveitado, do qual poderíamos usufruir para alcançar um projeto de nação desenvolvida. A abordagem aqui se debruça na materialização desses esforços por meio da criação de cidades novas, visando uma colonização dirigida do território que até então se encontrava pouco habitada. Muitos projetos, desenvolvidos pela SUDAM, pelo INCRA e por outros setores do governo federal, colocaram energia nunca antes vista para capacitar de infraestrutura, atrair força de trabalho e investidores, nacionais e internacionais, subsidiar a produção e concretizar projetos de assentamentos, inseridos nos planos e projetos: PROTERRA, PIN, PND, POLAMAZÔNIA, PRODOESTE e Projeto RADAM. Nessa conjuntura, casos de cidades merecem destaque: núcleos que nasceram de política pública, especificamente do planejamento do INCRA, ou que foram planejados por empreendedores privados a fim de assentar a mão de obra de uma produção específica e lucrar com investimentos imobiliários. Objetiva-se, com isso, ter uma compreensão mais clara acerca dos projetos de ocupação da Amazônia Legal entre 1970 e 1980, das ações do INCRA e das cidades novas criadas nesse contexto. Igualmente espera-se constituir um retrato da ocupação territorial, a partir de um recorte temporal preciso, da região centro-norte, gerando maior compreensão sobre processos de urbanização regionais e práticas urbanísticas adotadas.

Palavras-chave: INCRA; SUDAM; Amazônia Legal; PICs; Cidades Novas.

INTRODUÇÃO

A teoria desenvolvimentista, ou seja, a crença da possibilidade de universalização dos padrões de gozo material que uma minoria de países possuem (FURTADO, 1981), foi e é volante de grande parte da trajetória histórica brasileira, assim como mundo periférico afora. É muitas vezes, até de modo imperceptível, tratada como dado, pressuposto a

qualquer outro rumo que queira se dar a determinada gestão econômica. E apesar de já ser um tema deveras explorado, nunca será exaurido.

No Brasil, temos um período emblemático no qual se materializaria dois credos com robustez jamais vista. Um, de que estaríamos em estágio atrasado de avanço civilizatório, e dois, de que tínhamos potencial de sobra para alcançar esse avanço tão sonhado. Foi nessa convicção que os governos da Ditadura Militar[1] (1964-1985) adotaram, sistematicamente, em uma abrangência dessa vez literalmente nacional, ações que visassem completar o processo tardio de industrialização (BRITO, 1998).

É nesse recorte histórico recente que abordaremos a criação de cidades novas "[...] como meio de ocupação, colonização e urbanização do território." (TREVISAN, 2011, p. 2), já utilizada como ferramenta em outras circunstâncias, agora sendo utilizada para o então despovoado centro-norte do país. Cidades caracterizadas por terem sido concretizadas em ações específicas do poder público e/ou da iniciativa privada; buscando atender a uma ou mais funções dominantes; implantadas num sítio previamente escolhido; partindo de projetos urbanísticos elaborados por profissionais habilitados; e executadas dentro de um limite temporal determinado (TREVISAN, 2009). Enfim, cidades intencionalmente criadas e materializadas a partir de contextos sócio-político-econômico propícios.

Contudo, antes de concretizar essa e outras formas de intervenção no território, seria, sem dúvidas, indispensável uma reforma institucional a nível federal, derivando numa reestruturação abrangente do Estado. O intuito dessa reforma seria a de preencher todas aquelas lacunas organizacionais necessárias para que territórios antes não atrativos para o capital produtivo assim passassem a ser. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) surge em 1966 da chamada "Operação Amazônia", que teve como função unir esforços e articular diversas instâncias na ânsia de proteger fronteiras, ordenar a ocupação e capacitar de infraestrutura o território da Amazônia Legal.[2]

Nesse contexto, o papel chave desempenhado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, de 1970) e as suas Superintendências, articulados com o Programa de Integração Nacional (PIN, de 1970) e os I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND, de 1972-1974 e 1975-1979, respectivamente), resultaram em ações específicas, como o PROTERRA, o POLAMAZÔNIA, o PRODOESTE, o Projeto RADAM, ou seja, produtos elaborados com o intuito de viabilizar a ação do Estado visando expandir a fronteira econômica e a colonização dirigida no país. A materialização disso se dá por meio

[1] Nesse trabalho preferimos, sempre que possível, nos referir ao regime instaurado em abril de 1964 e que perdura até março de 1985 como "Ditadura Militar", entendendo, para além da sua influência na sociedade, o papel da academia de evidenciar a verdadeira natureza de eventos históricos que outros meios de informação tratam de amenizar ou esconder. Do ponto de vista da intenção linguística, a mera utilização da palavra "regime" provavelmente corroboraria para neutralizar o entendimento do que foi esse período.

[2] A área da Amazônia Legal a qual nos referimos aqui compreende a área já convencionada desde a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA, de 1953) e que prosseguiu a mesma durante o período militarista: estados do "Acre, Pará e Amazonas, e territórios do Amapá, Roraima e Rondônia e ainda pelas áreas do estado do Mato Grosso, ao norte do paralelo de 16º, do estado de Goiás, ao norte do paralelo de 13º [território que é hoje o Tocantins], e do estado do Maranhão, a oeste do meridiano de 44º" (SUDAM, 1967b, p. 14). O que contabilizava uma área total de 5.057.490 km². Hoje em dia, segundo Bonini et al (2013), a Amazônia Legal já corresponde a uma área de 5.217.423 km², cerca de 61% do território brasileiro (ver Figura 2).

de rodovias, como as BR-364, BR-163, BR-176, BR-165, Transamazônica, dentre tantas outras; além, claro, da criação de diversas colônias agrícolas, como os Projetos Integrados de Colonização (PIC): Ouro Preto (1970), Sidney Girão (1971), Gy Paraná (1972), Paulo Assis Ribeiro (1973) e Padre Adolpho Rohl (1975). Também temos aquelas cidades criadas a partir de empreendimentos privados, citando por exemplo: Vera (1972), Sinop (1974), Alta Floresta (1975), Juína (1977), Paranaíta (1978), Primavera do Leste (1979), Sorriso (1980), Matupá (1983), Mutum (1989) e Lucas do Rio Verde (1989) – municípios mato-grossenses reconhecidos, hoje, por sua alta produção de soja. Empreendimentos reconhecidamente privados, possíveis graças ao esforço conjunto de todos esses programas (CORRÊA, 1987; OLIVEIRA, 1988).

Para compreender esse processo de ocupação territorial mediante a criação de colônias e cidades, é mister introduzir um panorama geral do nacional desenvolvimentismo durante a Ditadura Militar, como fator político gerador dessa condição – e de contradições. Tão indispensável quanto examinar o arcabouço institucional racionalizado por esse Estado mediante o papel da SUDAM e do INCRA, responsáveis por grande parcela da viabilização ou execução desses projetos. A partir dessa contextualização, poderemos investigar mais especificamente as circunstâncias que deram origem aos diversos tipos de cidades. Temos ao menos dois cenários: as cidades dentro da categorização do INCRA, que partiram do modelo teórico de Rurópolis, Agrópolis e Agrovila; e aquele na qual as cidades foram criadas por empreendedores privados que, assegurados pela inversão anterior do Estado, garantiam sua renda de investimentos imobiliários e do monopólio de exploração de algum produto em determinado local.

Com essa estrutura, pretendemos nesse artigo compreender planos e projetos de ocupação da Amazônia Legal durante as décadas de 1970 e 1980 pelos governos militares, além de identificar as ações específicas do INCRA e de outros programas e projetos alinhavados sob mesmo discurso. Ao atingir esses objetivos, pretende-se contribuir para o entendimento histórico de políticas regionais e territoriais de ocupação, colonização e urbanização, bem como divulgar resultados obtidos pela pesquisa em andamento: “Atlas de Cidades Novas no Brasil Republicano”, vinculada ao projeto “Cronologia do Pensamento Urbanístico” (UFBA; UFRJ; UnB; UFMG; e Unicamp).

O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO DOS MILITARES

Com a Ditadura Militar a partir de 1964, impõe-se um projeto político que seguiria o caminho de consolidação do território capitalista para o resto do país, vestido de um patriotismo notável em cada uma das empreitadas que esses governos lançavam. Sendo o desenvolvimentismo a continuidade da ideia de progresso, era importante repassar a percepção de uma unidade nacional, de um “Brasil potência”, para justificar o domínio de seu vasto território de forma racional e autoritária. A ordem seria valor importante de sustentação do Estado militar e tecnocrata, salvação para as mazelas e, implicitamente, justificativa para o autoritarismo. Souza (2016), além de evidenciar essas características, mostra como a própria rodovia Transamazônica, por exemplo, seria uma ideia síntese desses atributos.

Villaça (1999) aponta o quanto se investia no discurso de um Estado portador da razão, cientificista na elaboração de suas políticas, mesmo quando essas não saíam do papel. Brito (1998, p. 8), por sua vez, mostra que a função de um Estado pautado na "racionalidade de fins" possibilitou uma interferência mais eficiente – no sentido da previsão – da esfera pública na econômica, possibilitando "[...] o desenvolvimento e integração de espaços econômicos, com baixo potencial produtivo, ao circuito do mercado capitalista". Conclui que "[...] esse fato traz uma discussão muito importante sobre o caráter histórico-universal do processo de racionalização". A "modernização conservadora" (MOREIRA, 2005, p. 20) é, então, a versão tupiniquim do processo de racionalização do Estado. Ela tenta seguir os modelos de racionalização social, que podem ser encontrados em países ditos desenvolvidos, persistindo, todavia, os traços arcaicos – sendo o autoritarismo um deles (BRITO, 1998).

Também é importante observar que esse processo que o país sofria estava inserido em uma estrutura geopolítica maior, na qual países periféricos como o Brasil se industrializam e se desenvolvem de acordo com demandas de empresas estrangeiras, multinacionais, sobretudo dos blocos de países centrais – aqueles que já consolidaram esse processo. A contradição é justamente essa, desenvolvimentista, baseada na esperança de se atingir o gozo material que a população de muitos países centrais tem, utilizando-se, entretanto, das mesmas ferramentas que ampliam o abismo existente do Brasil com estes (FURTADO, 1981).

Esta lógica já fora apresentada há mais de um século atrás, quando Lenin (apud SANTOS, 1993), em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1899), retoma o pensamento de Karl Marx (1818-1883), que condiciona em seu conceito de colônia dois atributos: existência de terras acessíveis a emigrantes; e a existência de uma divisão mundial do trabalho, na qual ficaria a cargo de certos países a exploração de matéria-prima enquanto de outros a produção de bens industriais acabados. Isso também nos leva aos conceitos que o russo logo expõe: do desenvolvimento do modo de produção capitalista intensivo, "[...] com relações capitalistas já estabelecidas que continuam a progredir"; e extensivo, que produz "[...] novas relações capitalistas [...]" em "[...] processo de formação sobre um novo território [...]" (LENIN apud SANTOS, 1993, p. 66), sendo a Amazônia vítima maior do segundo.

Para endossar esse argumento, Jatene (1983, p. 23-24) cita um documento, *Modelo de Ocupação Integrada da Amazônia*, no qual a Associação de Empresários da Amazônia aponta a necessidade de se aproveitar as vantagens comparativas do país em se tornar uma "[...] potência agrícola, extrativista e agropecuária". Nele, ressaltam a importância de se "[...] intensificar a utilização dos espaços já ocupados com a agropecuária na região Sul, Centro e Leste [da Amazônia], às custas da mecanização mais intensiva, do uso intensivo de fertilizantes e outros insumos [...]" enquanto se incorpora uma "[...] nova e imensa fronteira agrícola e pecuária".

No contexto doméstico percebe-se diversas tensões sociais, potencializando fluxos migratórios vindos do sul e do nordeste para o norte do país (Fig. 1). Do sul, temos que destacar que estes movimentos populacionais são regidos há décadas pelo processo de expansão da metropolização, descrito por Santos (1996), ou, paralelamente, pelo que

podemos chamar de “deseconomia de aglomeração”, descrito por Moreira (2005, p. 21), na qual há uma pressão pela desconcentração industrial devido ao acúmulo de conflitos de todas as naturezas – de social até mesmo ambiental. Esse é o princípio do movimento migratório que se inicia pela interiorização de São Paulo, seguindo sentido Paraná, Triângulo Mineiro, Goiás, novo Distrito Federal e, durante a Ditadura Militar, de forma canalizada, para Mato Grosso (MOREIRA, 2005).

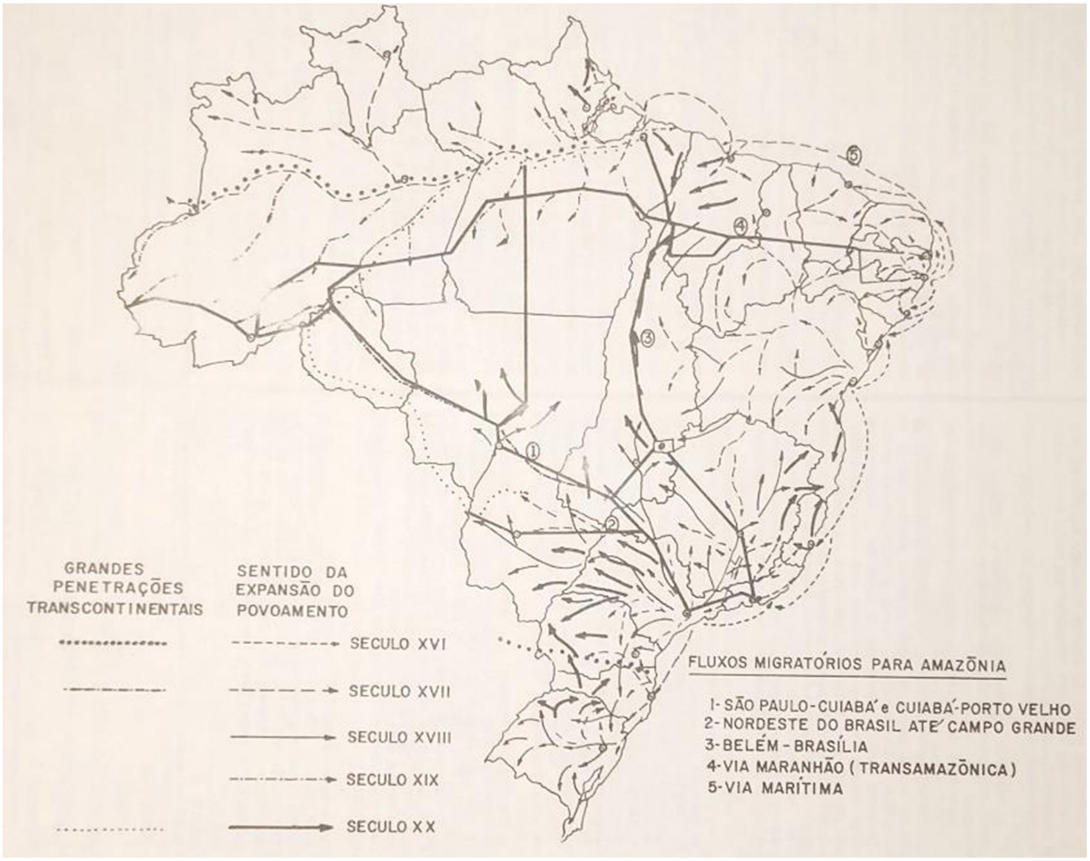

Fig. 1 – Histórico dos fluxos migratórios para a Amazônia de maior importância.
Fonte: INCRA, 1972.

Como consequência, percebe-se como o Rio Grande do Sul passou em décadas do século XX por um processo de “minifundização” – conceito que descreve as consecutivas divisões de terras de produtores familiares por falta de novos espaços. A população rural, ao se sentir pressionada, busca saídas no campo, seja em regiões próximas, nas cidades, seja em estados distantes, alternativa essa cada vez mais tentadora devido à estagnação econômica das cidades sulistas na época (SANTOS, 1993, p. 74). Já os fluxos provenientes do Nordeste ocorrem tanto por conta da modernização dos métodos produtivos agrícolas, quanto por conta da seca (BECKER, 2001; KOHLHEPP, 1981; SANTOS, 1993). O retrato era de um país que passava por fortes tensões sociais em diversas regiões frutos da urbanização, da industrialização, da luta por espaço e de suas consequentes dinâmicas populacionais.

Outra condicionante, não menos importante, a preocupar os governos militares, assim como seus antecessores – por exemplo, Getúlio Vargas –, foi a segurança de fronteiras e os potenciais focos revolucionários que poderiam surgir de um vazio demográfico que nem

mesmo o Estado tinha capilaridade (BECKER, 2001). O PIN (Plano de Integração Nacional) não à toa nasce em 1970 entoado por dois nomes: segurança e desenvolvimento (MAIA, 1983). Anos antes, em 1966, temos a "Operação Amazônia" que transforma a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) em SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), deixando de ser assim uma entidade formuladora de políticas para ser um órgão mais voltado a tarefas executivas encabeçadas pelo governo central (MOREIRA, 2003).

À SUDAM, assim que criada, cabia o papel de administrar recursos públicos visando a dirimir as desigualdades socioeconômicas existentes entre a Região Norte e as demais regiões do país, espelho do mesmo papel desempenhado pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). No entanto, a posição característica da região a colocava defronte ao objetivo de inserção ao complexo produtivo capitalista do resto do país, com vistas a sua abundância de recursos naturais (MOREIRA, 2003). Anteriormente, a atuação da esfera federal na região se resumia à gestão dos fluxos de capitais relacionadas à produção de borracha, basicamente, e mesmo a SPVEA, criada ainda em 1953, atuava em torno do plano plurianual de valorização econômica da Amazônia, sendo muito menos que uma autarquia e muito mais um corpo do governo federal responsável pela execução deste recurso, criado juntamente com a delimitação do espaço o qual teria a sua destinação – a Amazônia Legal (Fig. 2) (MOREIRA, 2003; SPVEA, 1954).

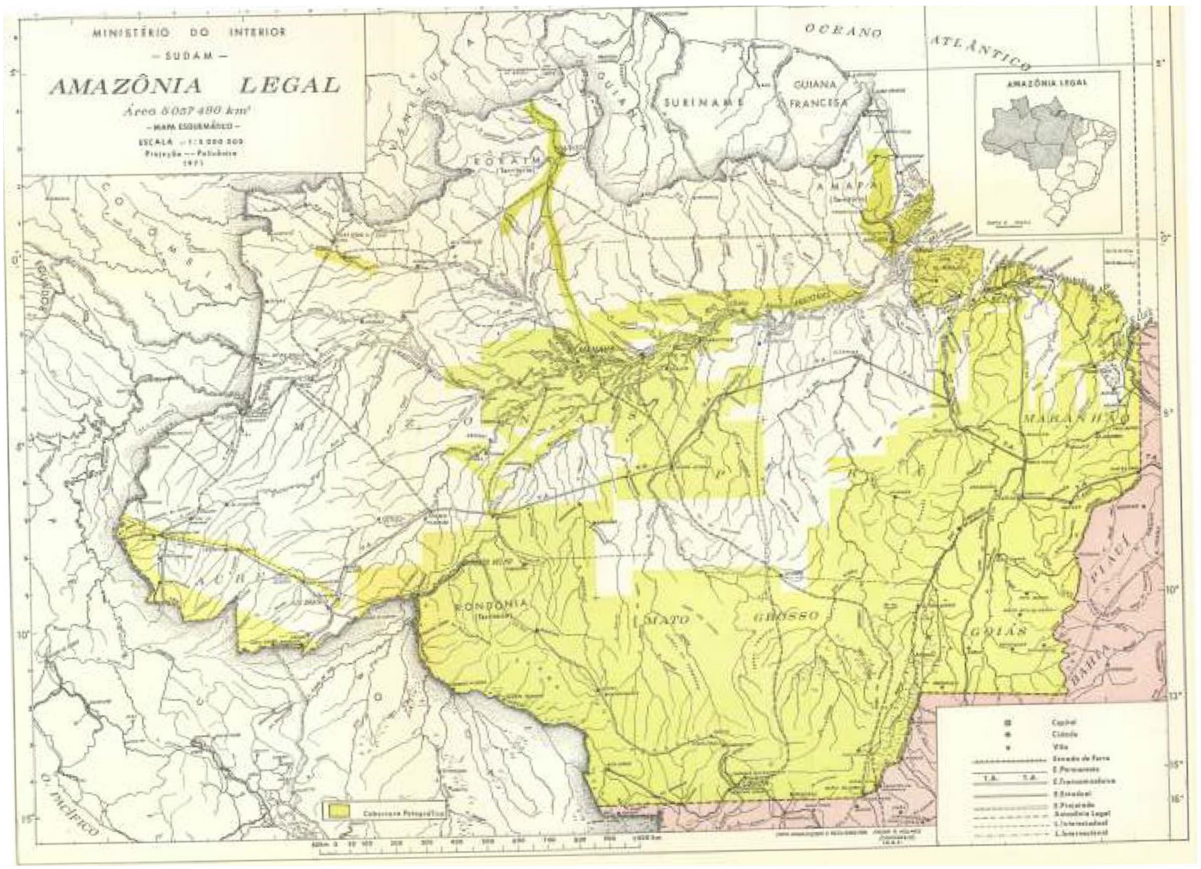

Fig. 2 – Área da Amazônia Legal delimitada – em amarelo, a cobertura fotográfica delimitada pelo programa RADAM.
Fonte: SUDAM, 1971.

A atuação da SPVEA, segundo Brito (1998), foi minada pelas forças oligárquicas locais, há tempos estabelecidas, tendo essa Superintendência se instituído somente de modo parcial. A atuação do Estado ao final da década de 1960, intervindo de forma centralizada e agindo na tentativa de modernizar e integrar as suas instituições, visava anular a pessoalidade da constelação dessas relações políticas, por meio da impessoalidade característica de uma performance racional-burocrática.

Foi então nos primeiros três governos (1964-1973) que acontecem as maiores reorganizações na administração estatal e também as maiores inversões em infraestrutura básica – rodovias, redes de comunicação, disposição de incentivos fiscais, dentre as mais importantes (SANTOS, 1985). É justamente nesse período que temos uma maior intensidade da política dos PICs (Projetos Integrados de Colonização), cujo pivô era fruto de ação pública. Disponibilizado pelos dados de base no portal do INCRA (2018), identificamos PICs (Tabela 1), mostrando que, na região Norte, apenas nos estados de Rondônia, Amazonas e Pará tivemos a instalação desse tipo de projeto, e que esses se concentraram no início da década de 1970.

ESTADO (U.F.)	PIC	MUNICÍPIO	CAPACIDADE (hab.)	ÁREA	DT CRIAÇÃO
Rondônia	PIC Ouro Preto	Ouro Preto do Oeste	5.164	512.585,57	30/12/1970
Rondônia	PIC Sidney Girão	Nova Mamoré	686	69.749,56	13/08/1971
Maranhão	PIC Barra do Corda	Barra do Corda	7.127	340.000,00	31/12/1971
Amazonas	PIC Bela Vista	Manaus	277	14.583,73	31/12/1971
Rondônia	PIC Gy Paraná	Cacoal	4.756	486.137,31	16/06/1972
Pará	PIC Altamira	Altamira	10.060	1.319.500,00	16/08/1972
Amazonas	PIC Tabatinga	Tabatinga	52	1.212,28	01/08/1973
Rondônia	PIC Paulo Assis Ribeiro	Colorado do Oeste	3.106	293.580,00	04/10/1973
Rondônia	PIC Pe. Adolpho Rohl	Jaru	3.786	407.219,00	20/11/1975
Pará	PIC Itaituba	Aveiro	15.551	1.546.746,97	19/05/1978

Tabela 1 - Projetos Integrados de Colonização (PICs).
Fonte: INCRA, 2018 (rediagramado pelos autores).

Em um segundo momento, a partir do governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) ocorre uma mudança na intervenção estatal com foco na redistribuição territorial da indústria, construção de grandes projetos e maior participação da iniciativa privada na tentativa de atrair pessoas para o centro-norte brasileiro (MONTEIRO, 2005; MOREIRA, 2005). É a partir daí, e intensificado mais ainda durante a década de 1980, que se vê uma maior preponderância dos projetos de colonização particular. O governo Geisel foi marcado por 42 programas de colonização privada, dentre os 49 promovidos no período (SANTOS, 1985, p. 130). Como se pode aferir (Tabela 2), os projetos oficiais de colonização foram perdendo a sua importância sistematicamente.

Programas de colonização no Brasil – 1964-81

ANOS	PROGRAMAS								
	Número			Superfície (ha)			Famílias Instaladas		
	Total	Oficiais	Privados	Total	Dos oficiais	Dos privados	Total	Nos oficiais	Nos privados
1964	1	1	–	–	–	–	–	–	–
1965	2	2	0	20 550	20 550	0	799	799	0
1966	1	1	0	18 740	18 740	0	468	468	0
1967	3	3	0	116 398	116 398	0	1 353	1 353	0
1968	2	1	1	13 712	–	13 712	475	221	254
1969	3	2	1	430 351	429 596	755	5 345	5 285	60
1970	4	2	2	3 217 775	3 210 790	6 985	3 772	3 371	401
1971	4	1	3	390 448	356 500	33 948	5 489	3 468	2 021
1972	13	6	7	927 994	804 630	123 364	7 121	4 438	2 683
1973	5	2	3	885 340	415 300	470 040	5 485	3 084	2 401
1974	4	1	3	521 717	325 156	196 561	1 291	318	973
1975	13	4	9	2 198 762	1 292 738	906 024	8 853	4 361	4 492
1976	8	0	8	233 516	0	233 516	1 267	0	1 267
1977	7	2	5	530 838	450 000	80 838	402	–	402
1978	17	0	17	727 200	0	727 200	2 747	0	2 747
1979	2	0	2	51 533	0	51 533	158	0	158
1980	7	0	7	215 305	0	215 305	1 630	0	1 630
1981	2	0	2	12 534	0	12 534	161	0	161
TOTAL	98	28	70	10 512 713	7 440 398	3 072 315	46 816	27 166	19 650

FONTE DOS DADOS BRUTOS: INCRA (1978). **Colonização oficial e particular.** Brasília.
_____ (1981). **Situação dos projetos de colonização particular.** Brasília.

Tabela 2 - Programas de colonização no Brasil entre 1964 e 1981.
Fonte: SANTOS, 1985, p. 129.

Frente ao cenário exposto até aqui, iremos utilizar como estudos de caso para essa pesquisa: i) o modelo teórico norteador dos PICs, aprofundando especificamente naqueles projetos implantados no estado de Rondônia; e ii) a cidade nova de Alta Floresta (MT) como empreendimento de ação privada. Exemplos que podem nos auxiliar no entendimento maior sobre os processos de ocupação, colonização e urbanização da Amazônia Legal.

AÇÃO OFICIAL: OS PROJETOS INTEGRADOS DE COLONIZAÇÃO (PICs)

A base para os Projetos Integrados de Colonização (PICs) está pautada pelo modelo teórico de *Urbanismo Rural* formulado no início dos anos 1970 pelo urbanista carioca José Geraldo da Cunha Camargo. Trata-se de um sistema hierárquico composto por três tipos de núcleos distintos e regularmente espaçados, porém interdependentes: Rurópolis, Agrópolis e Agrovila (INCRA, 1972; REGO, 2015). Seria uma rede urbana de apoio hierarquizada (Fig. 3), estruturada em um sistema de rodovias, semelhante à proposta expansionista de cidade-jardim formulado pelo inglês Ebenezer Howard em 1898. Nesse sentido, a sua razão morfológica de ser, ao menos teórica, se aproxima muito aos preceitos howardianos em "[...] dar ao campo os benefícios das cidades, adaptando ao meio rural as técnicas urbanísticas utilizadas na cidade" (CAMARGO apud REGO, 2015, p. 90). Essas urbes rurais seguiriam suas respectivas hierarquias conforme sua "[...] infraestrutura social, cultural e econômica tendo cada qual sua função específica" (CAMARGO apud REGO, 2015, p. 91). Ou seja, buscava-se, para além da urbanização territorial, fundar uma nova ordem social.

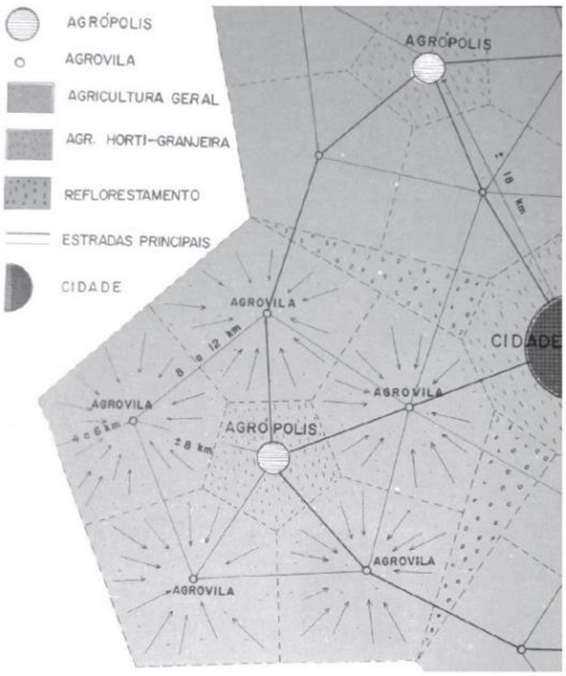

Fig. 3 - Esquema organizacional de urbanização rural de J.G. Camargo,
com rede hierárquica de assentamentos: Rurópolis, as Agrópolis e as Agrovilas.
Fonte: REGO, 2015.

No entanto, notamos uma transformação dialética-histórica dessa ideia, em uma deturpação de sua intenção: "[...] a cidade propriamente dita [Rurópolis] era considerada o núcleo urbano com mais de 50.000 habitantes e podia estar localizada em um raio de mais de 500 km de abrangência" (REGO, 2015, p. 91). A intenção original torna-se somente discurso para esconder a verdadeira intenção: garantir a colonização de um território. A deturpação do conceito original é ainda mais perceptível ao se analisar a situação pós-ocupação, amplamente disponível em bibliografia, que na verdade constou mais em universalização dos problemas degradantes que antes atingiam principalmente a região Sudeste do país (SANTOS, 1985).

O primeiro dos três tipos hierárquicos era denominado de Agrovila, a qual Camargo (apud REGO, 2015, p. 92) caracteriza como um pequeno núcleo de integração rural, com um parque central onde ficariam suas benfeitorias: "[...] a escola [primária], a pequena sede administrativa, o centro social, o posto de saúde, o 'pequeno templo ecumênico' e certos equipamentos recreativos". Os lotes urbanos da Agrovila deveriam servir como residência àqueles trabalhadores, empregados ou proprietários rurais; enquanto o lote rural – de aproximadamente 100 hectares – deveria ser compartilhado por até cinco "chefes" de família. A população da Agrovila usaria como base o número mínimo de crianças necessárias para a viabilidade de uma escola rural, o que levaria à população desse núcleo a ter entre 500 e 1.500 habitantes, ou de 100 a 300 famílias (REGO, 2015).

O segundo modelo de assentamento nessa hierarquia – a Agrópolis – exerceria um raio de influência de aproximadamente 10 km, o que consistiria em ser o polo de confluência de 8 a 12 Agrovilas. Comportando até 600 famílias, ou seja, 1.500 a 3.000 habitantes, seria o núcleo que visaria complementar as infraestruturas sociais, econômicas e culturais dos

núcleos menores, por meio de: "[...] ensino secundário, comércio diversificado, cooperativa, pequenas agroindústrias, ambulatório médico-odontológico, cemitério, centro telefônico, correio e telégrafo." (REGO, 2015, p. 93) Como curiosidade logística, a distância média entre uma Agrovila e uma Agrópolis deveria permitir o deslocamento por bicicleta.

Por fim, a Rurópolis, que seria o maior de todos esses assentamentos, contaria com cerca de 20 mil habitantes, provendo maior diversidade de equipamentos urbanos e apoio à produção rural. Seria, nesse sentido, o núcleo aglutinador de um sistema de Agrovilas e Agrópolis (Fig. 4), com raio de influência entre 70 km e 140 km (REGO, 2015).

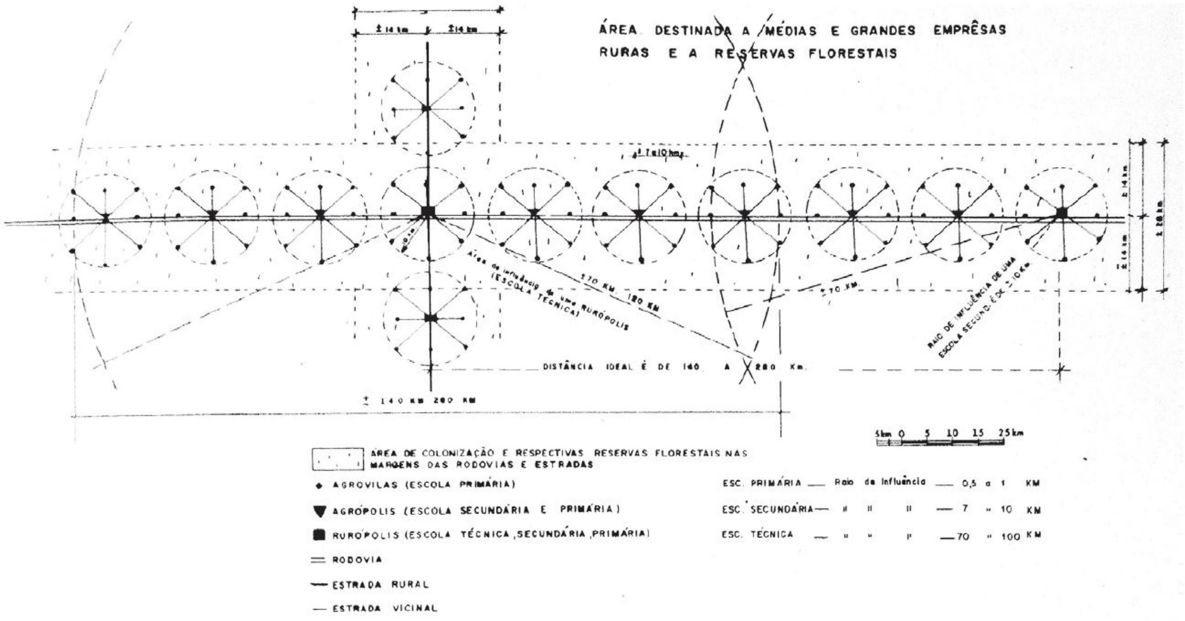

Fig. 4 - Modelo esquemático de J.G. Camargo com distâncias estipuladas entre Rurópolis, Agrópolis e Agrovilas, interligadas por uma rodovia.
Fonte: REGO, 2015.

As fontes pesquisadas variam na caracterização dos núcleos urbanos, provavelmente porque algumas emprestaram dados diretos das primeiras formulações feitas por Camargo, como Rego (2015); enquanto outros podem ter usado dados do INCRA, como Maia (1983). No entanto, o que mais se difere acaba sendo apenas o número de habitantes de cada núcleo ou de Agrovilas orbitando uma única Agrópolis ou Rurópolis. Num panorama mais amplo, revelado por fontes obtidas junto ao INCRA, se planejava um sistema de implementação desse modelo ao longo das rodovias BR-364, Transamazônica e Cuiabá-Santarém. O mapa (Fig. 5) revela que o sistema não necessariamente precisa efetivar a construção de uma Rurópolis, mas que pode apoiar-se em cidades preexistentes (Marabá, Santarém, Altamira, Itaituba, Caximbo), as quais poderiam cumprir essa função. No entanto, ao se construir novas Rurópolis nos eixos estipulados, o governo garantiria uma ocupação efetiva, visto que tais núcleos dariam apoio aos existentes, que poderiam ficar demasiadamente distantes entre si.

À parte do eixo da Transamazônica e da BR-163, os exemplos mais significativos estão em Rondônia, o qual conta com cinco PICs (Tabela 1). Isso se deve especialmente à BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho, compondo um dos principais eixos estratégicos do governo

(OLIVEIRA, 2012). Essa estrada, que teve seu tráfego permanente possibilitado ainda em 1968, foi uma das infraestruturas primordiais para que o intenso movimento migratório para Rondônia fosse efetivado, e por isso foi o local onde se concentrou grande maioria dos projetos do INCRA (CUNHA; MOSER, 2010). Cabe ainda lembrar que, por meio da Lei de Terras Devolutas, nº 1.164, de 1º de abril de 1971 – a qual se estabelece domínio da União das faixas de até 100 km de terra ao longo das rodovias –, o Estado adquire grande poder de barganha, principalmente se tratando da BR-364 (TEIXEIRA, 2015).

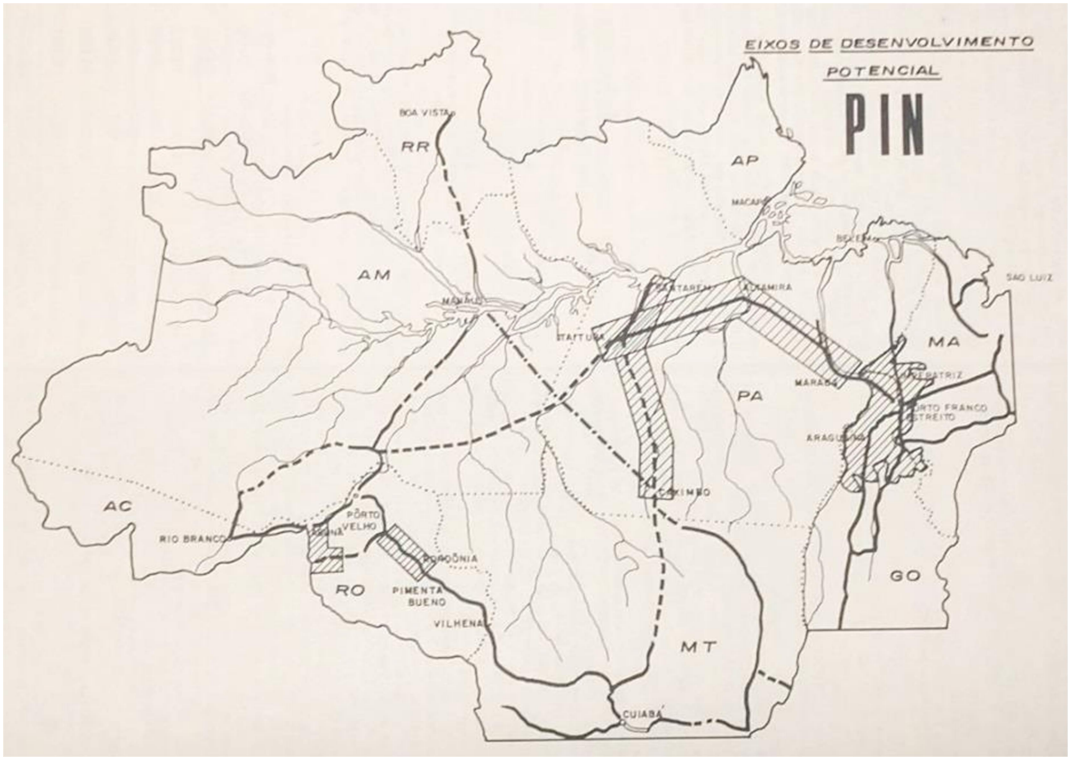

Fig. 5 - Eixos estratégicos de desenvolvimento delimitados pelo PIN, os quais deveriam receber os PICs.
Fonte: INCRA, 1972.

A possibilidade de um eixo de escoamento de produção se combinava com a oferta de terras a baixo ou a nenhum custo para povoar, juntamente com outras facilidades de infraestruturas e assistência, conjugando para fomentar a estratégia do governo para atração de trabalhadores (OLIVEIRA, 2012). Simultaneamente, essas estratégias também eram atrativas para o grande capital, comungando, ainda por cima, com favores fiscais e creditícios, configurados nos programas de grandes polos e nos instrumentos da SUDAM (TEIXEIRA, 2015; TRUBILIANO; SÃO PAULO, 2016).

Esses “pioneiros”, como são chamados por Martins (apud TRUBILIANO; SÃO PAULO, 2016, p. 51-52), são representados por aqueles grupos que enxergam a terra como meio de produzir e reproduzir a vida, então, responsáveis por formar um novo território e fazer emergir dali as novas relações sociais produtos dessa formação. Os grandes empreendedores ou fazendeiros, particularmente, não enxergam outras formas de vida não inseridas nas relações capitalistas monopolistas, desenraizando “[...] os descapitalizados ‘caipiras’, ‘roceiros’ e ‘meeiros’ através da compra, dos recursos jurídicos ou da ‘bala”.

Oliveira (2012) constata que, ao se tornar subitamente o principal eixo econômico, a BR-364 toma qualquer espaço de importância das antigas ocupações ribeirinhas, o que demonstra, material e simbolicamente, a conivência do Estado no apagamento de outras formas de vida.

Esse apagamento também se dá no discurso. Afinal, a chegada de tamanho contingente populacional não teria sido possível se não fosse igualmente grande a propaganda feita pelo Estado a fim de lançar a região de Rondônia como "novo eldorado", "[...] lugar onde o migrante encontraria fartura." (TEIXEIRA, 2015, p. 26) Faz parte do caráter histórico dos Estados nacionais a preocupação com suas fronteiras, de forma que a efetivação dessas se daria pela sua também "[...] efetiva ocupação social das terras." (TRUBILIANO; SÃO PAULO, 2016, p. 45) Os mesmos autores nos trazem Turner oportunamente:

> "Sendo assim, a fronteira integra todos os elementos ao seu redor, sejam eles sociais ou econômicos, ela constitui um sentimento de pertencimento e cria uma identidade nacional (...).
>
> Para Turner, a expansão da fronteira a Oeste [dos Estados Unidos] é marcada pela movimentação dos pioneiros de diversas naturezas e estratos sociais, sejam eles comerciantes, aventureiros, caçadores ou fazendeiros; essa migração para as 'terras livres a Oeste' resultou da 'válvula de escape' dos problemas sociais dos centros urbanos no Leste. Neste sentido, a fronteira é representada por um ideal de prosperidade, que atrai o imigrante para a ocupação dessas novas terras em busca de melhores oportunidades econômicas e políticas ofertadas por essa expansão." (TRUBILIANO; SÃO PAULO, 2016, p. 46)

Além das semelhanças conjunturais ao contexto norte-americano – "válvula de escape às tensões sociais" –, temos semelhanças nas intenções postas em discursos, como encontrado no *slogan* de Juscelino Kubitschek: "Integrar para não entregar" (TEIXEIRA, 2015, p. 26), ou na própria fala do ex-presidente do INCRA José Francisco de Moura Cavalcanti, já em tempos de Ditadura Militar: "Vamos integrar as soluções para o homem sem terra do Nordeste com a terra sem homens do norte" (INCRA, 1972, p. 7).

Por último, vale ressaltar que o anúncio de terras férteis, ou ao menos acima da média do resto do solo amazônico, também foi outro fator que contribui para atrair o interesse dos migrantes – "sonhos em que sua maioria, não se concretizaram." (OLIVEIRA, 2012, p. 51) Fato é que o maior crescimento populacional do estado se deu entre os censos de 1970 e o de 1980, cerca de 77,38%. Nesse mesmo período, a população urbana quase quadruplicou, alcançando 229 mil habitantes, enquanto a população rural mais que quintuplicou (IBGE apud OLIVEIRA, 2012).

Cunha e Moser (2010) recordam que, antes de qualquer governo militar, o território do estado de Rondônia já possuía algumas colônias agrícolas, dentre elas a de Iata, próxima a Guajará-Mirim, a qual possuía lotes com 25 hectares de área. Segundo relatórios do INCRA (apud CUNHA; MOSER, 2010), essas colônias não atingiram seus objetivos em relação à fixação de seus ocupantes, ocasionando êxodo. Episódio que levou a se pensar outras

modalidades de projetos além dos PICs, ainda mais considerando a chegada de mais migrantes que o esperado.

Os Projetos de Assentamento Dirigido (PADs), destinados para aqueles que deviam possuir maior poder aquisitivo, conhecimento agrícola e experiência na obtenção de crédito bancário, possuíam lotes de 250 hectares e tiveram apenas dois exemplares: PAD Burareiro (1974) e PAD Marechal Dutra (1975), ambos localizados no município de Ariquemes[3] e com vias de acesso pela BR-364 (CUNHA; MOSER, 2010; TEIXEIRA, 2015). Nesse caso, as responsabilidades do INCRA seriam menores, se resumindo a "[...] seleção dos assentados e entrega dos títulos de propriedade" (TEIXEIRA, 2015, p. 33). Também tivemos a experiência dos Projetos de Assentamento Rápido (PARs), como citado por Teixeira (2015), que contaram no total com três projetos nesse período: PAR Machadinho (1982), PAR Bom Princípio (1983) e PAR Cujubim (1984) (INCRA apud TEIXEIRA, 2015). Esses projetos tiveram a intenção de atender a um número maior de migrantes, por isso possuíam lotes menores, de 50 hectares (TRUBILIANO; SÃO PAULO, 2016).

Em cada PIC ainda foram desenvolvidos núcleos urbanos que serviriam de apoio ao assentamento rural e alojariam cerca de mil famílias, objetivando lhes assegurar uma melhor infraestrutura. A esses foi dado o nome de Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUARs), sendo previstas 39 unidades, num total de 20 efetivamente executadas até 1984 (OLIVEIRA, 2012). No estado de Rondônia, tivemos cinco projetos de PICs: Ouro Preto (1970), Sidney Girão (1971), Gy-Paraná (1972), Paulo Assis Ribeiro (1973) e Padre Adolpho Rohl (1975). Em pesquisa no INCRA, visando à realização dessa pesquisa, conseguiu-se plantas e mapas referentes aos cinco projetos.

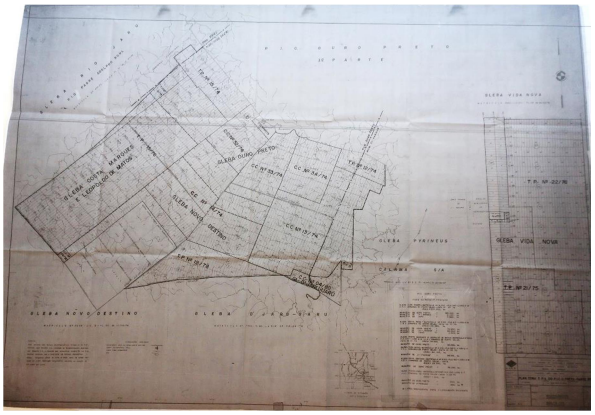

Fig. 6 - Projeto de Parcelamento do PIC Ouro Preto, primeira prancha.
Fonte: INCRA, 2018.

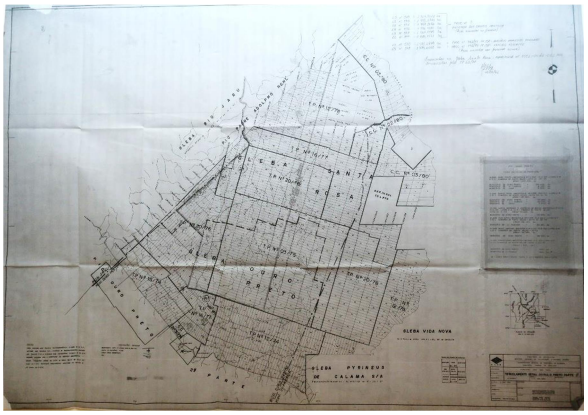

Fig. 7 - Projeto de Parcelamento do PIC Ouro Preto, segunda prancha.
Fonte: INCRA, 2018.

O PIC Ouro Preto foi dividido em duas partes, uma a nordeste e outra a sudoeste da BR-364 (Figs. 6 e 7), sendo composto por cinco setores, situado no território do município de Ji-Paraná. Foi o primeiro projeto implantado, com sua homologação em 1970, com efetiva ocupação das primeiras famílias em 1971. De 1971 a 1975 algumas companhias e setores do

[3] Ariquemes é uma cidade nova, localizada no estado de Rondônia, empreendida em 1972 pelo INCRA e elaborada pelo professor da FAU-UnB, arquiteto e urbanista Antônio Carlos Cabral Carpintero, com apoio de profissionais do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer (CEPLAN) da Universidade de Brasília (UnB).

governo começaram a atuar no sentido de prover assistência técnica e estrutura de armazenagem, além de estimular o sistema cooperativista (CUNHA; MOSER, 2010; OLIVEIRA, 2012). O responsável técnico pelo projeto foi o engenheiro Francisco Robercilio Pinheiro e, ao centro do projeto, no eixo da BR-364, foi planejado um núcleo urbano que hoje seria a cidade de Ouro Preto d'Oeste. Segundo Pereira (2017, p. 26), "[...] esse PIC contava com extensões de 4.000 lotes, dos quais mais de 3.500 em 1976 estavam delimitados e ocupados".

Em seguida, em 1971, temos o PIC Sidney Girão (Fig. 8), que seria o mais distante do eixo da BR-364, localizando-se no eixo leste-oeste da RO-420, com acesso à BR-425. Esse projeto foi criado às pressas para atender não somente à demanda de migrantes extraordinária que vinha de todas as regiões do Brasil, como também para os ex-moradores da colônia de Iata (TEIXEIRA, 2015). Sidney Girão estava dentro dos limites do município de Guajará Mirim e próximo de algumas vilas que compunham os arredores do Rio Mamoré, com seu afluente Rio da Laje. Observa-se uma grande uniformidade no tamanho de seus lotes ao longo de sua configuração linear, cujo responsável técnico foi Paulo Roberto Ventura (Fig. 8). Segundo o INCRA (1972, p. 34), em seu primeiro ano de atividades (1971-1972), esse PIC já contava com "[...] centro comunitário em formação, com instalações administrativas, posto de saúde, serraria em instalação, 06 escolas com 200 alunos matriculados", além de 50 km de estradas de acesso.

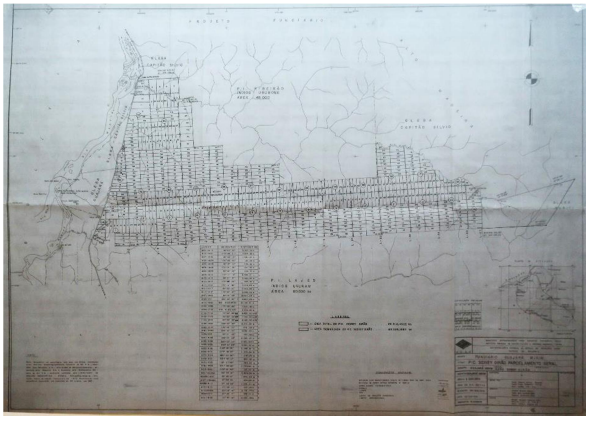

Fig. 8 - Projeto de Parcelamento do PIC Sidney Girão.
Fonte: INCRA, 2018.

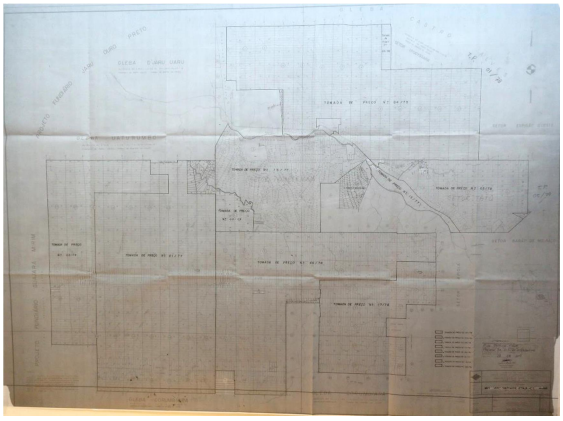

Fig. 9 - Projeto de Parcelamento do PIC Gy-Paraná.
Fonte: INCRA, 2018.

Em 1972, foi implantado oficialmente o PIC Gy-Paraná – ou Ji Paraná –, na BR-364, entre Vila de Rondônia e Pimenta Bueno (PEREIRA, 2017). Atentos ao projeto (Fig. 9), verifica-se a presença de cinco setores e a previsão de quatro núcleos urbanos, sendo esses: Vila Bambu, Rolim de Moura, Abaitará e Primavera. Com exceção do Setor Prosperidade, que respeita um pouco mais o relevo e hidrografia, os lotes apresentam a mesma disposição e configuração. O responsável por sua aprovação foi novamente Francisco Robercilio Pinheiro. Vale enfatizar que:

> "(...) os lotes foram distribuídos e ocupados sem nenhum acesso rodoviário e, no interior do PIC, na beira da estrada e perto da sede administrativa, se criou a cidade de Cacoal, que contava em 1976 com mais de 8.500

> habitantes, mulheres e filhos de colonos que trabalham sozinhos nos seus lotes inacessíveis ou famílias que estavam esperando um lote." (Hervé Théry apud PEREIRA, 2017, p. 26-27)

O PIC Paulo Assis de Ribeiro, oficializado em 1973 pelo mesmo responsável técnico de Gy-Paraná – engenheiro Robercilio Pinheiro –, foi um projeto implementado mais ao sul de Rondônia, tendo como sua principal via de acesso a RO-399, um braço da rodovia BR-364 (Fig. 10). Fazia parte do município de Vilhena e estava a 790 km de Porto Velho (INCRA apud OLIVEIRA, 2012). Esse PIC possuía dois núcleos urbanos: Cerejeiras e Colorado d'Oeste, hoje uma cidade homônima.

Por fim, O PIC Padre Adolpho Rohl (Fig. 11), criado em 1975, foi um projeto desmembrado do PIC Ouro Preto e tinha Jaru como núcleo urbano, localizado no centro do projeto, junto à BR-364 e na divisa com a reserva indígena Uru Eu Wau Wau. Fazia parte dos municípios de Ariquemes e Ji-Paraná (CUNHA; MOSER, 2010), com assentamento disposto em uma linha nordeste-sudoeste, com lotes retangulares em praticamente toda a sua extensão.

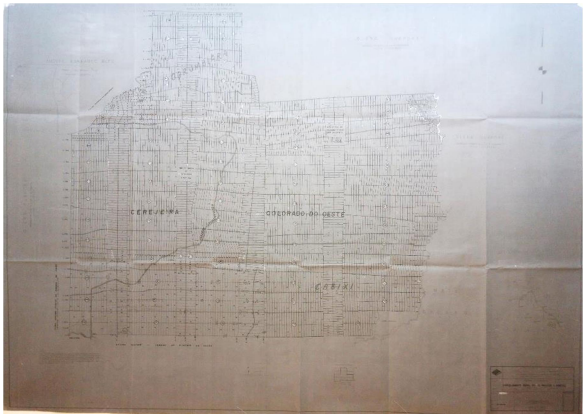

Fig. 10 - Projeto de Parcelamento do PIC Paulo Assis de Ribeiro.
Fonte: INCRA, 2018.

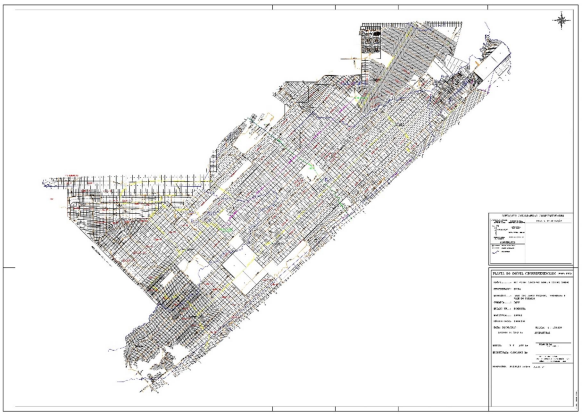

Fig. 11 - Projeto de Parcelamento do PIC Padre Adolpho Rohl.
Fonte: INCRA, 2018.

Apesar de todas as intenções anunciadas, os PICs se mostraram um fracasso em termos de redistribuição fundiária e na fixação da população nas terras que lhes foram destinadas. Dentre as principais causas, podemos destacar a precariedade de atendimento médico; falta de serviços de lazer, saúde, educação; precária assistência técnica e infraestrutura que viabilizasse sua comercialização; e falta de infraestrutura mínima, incluindo rede elétrica, acesso aos lotes, que possibilitasse até mesmo a produtividade e o escoamento dos produtos pelos colonos (PEREIRA, 2017; TEIXEIRA, 2015).

Como consequência do abandono ou venda de terras pelos assentados, ocorre uma reconcentração fundiária paralela à fragmentação de alguns lotes. Gera-se igualmente formação de uma mão de obra flutuante, que ao invés de se fixar na terra, vai em busca de meios de sobrevivência, principalmente nas cidades, gerando inchaço dos núcleos urbanos existentes ou projetados (SANTOS, 1993; TEIXEIRA, 2015). Assim, o fluxo cidade-campo inverte-se a partir de 1985, quando colonos procuram oportunidades nos serviços secundários e terciários localizados nas cidades (OLIVEIRA, 2012).

Ao fim dessas duas décadas de política de ocupação e colonização, temos um intenso desmatamento, valendo lembrar que aos colonos era estipulado que desmatassem 50% de seu lote como forma de efetivar sua total ocupação. A esse desmatamento e em decorrência do empobrecimento do solo, trazido pela falta de insumos e assistência, se sucede a adoção quase generalizada da pecuária, que, como mostram Trubiliano e São Paulo (2016, p. 52), não se tratava de mero acaso chegar nesse ponto, mas sim de um projeto político. Retomando o binômio segurança e desenvolvimento, o militarismo buscou com a expansão da pecuária um duplo papel: "[...] atender à crescente demanda internacional por leite e proteína bovina [...].", e por outro lado "[...] promover a ocupação de 'espaços vazios' no Norte do Brasil".

Falando em espaços vazios, vale ainda registrar que, como consequência dessa política, também tivemos o apagamento de culturas e territórios que ali já existiam, e conflitos com os diversos grupos sociais que ali já habitavam. Esse apagamento ocorre inclusive de forma simbólica, por meio do discurso do "novo eldorado", assinalando que nada ali existe, pois vazio ali está. Como disse Martins (apud SANTOS, p. 79): "[...] a doutrina da ocupação dos espaços vazios produz concretamente, pelo caminho que está sendo seguido, o esvaziamento dos espaços ocupados".

Expostos os acontecimentos que antecederam e sucederam a implementação dos PICs, juntamente com seus decorrentes políticos, sociais e econômicos e com os objetivos ocultos por detrás dos projetos analisados, cabe-nos, por fim, uma última análise. Essa parte do pressuposto de que a configuração dos estabelecimentos humanos estabelece uma relação possível com o conjunto de fenômenos sociais complexos que os permeiam (Claude Levi-Strauss apud SANTOS, 1993). Como exposto por Foucault (apud SANTOS, 1993, p. 71), "[...] a descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados"; então, querendo entender essas relações de poder, partimos da análise de sua configuração espacial.

Todos os PICs apresentam uma configuração quase idêntica com relação à disposição de seus lotes. O terreno, em sua forma natural, não tem nenhuma significância em sua elaboração. Trata-se de uma malha regular, uniforme, que expressa a supremacia do racionalismo, o qual se preocupa com a racionalização produtiva de territórios frente à natureza e também frente a outras culturas e outras formas de reprodução de vida. A ocupação se caracteriza pelo que Santos (1993) chama de "espinha de peixe": um eixo primário, do qual parte eixos secundários regularmente espaçados, e desses a marca dos desmatamentos, símbolo do domínio absoluto do homem sobre a terra. Afirma Teixeira (2015, p. 40): "[...] o planejamento linear para distribuição das parcelas foi realizado em gabinete", o que nos remete à personalidade tecnocrata, descrita anteriormente, da Ditadura Militar. As feições burocráticas que ganha o modelo idealizado por J. G. Camargo o afastam muito, portanto, de seu ideário original.

Não se sabe quando os PICs deixaram de ser aquilo idealizado por J. G. Camargo e seu urbanismo rural. Mas pode-se afirmar que até a publicação do INCRA de 1972, quando os projetos já estavam sendo postos em prática, ainda havia a menção ao nome do urbanista. Uma possibilidade é que a teoria de Camargo nunca tenha passado de uma propaganda registrada em publicações oficiais do governo federal. Ao mesmo tempo, é

apontado por Pereira (2017) que os traços deixados pelo modelo teórico, de inspiração europeia, dificultaram a vida dos novos habitantes – os colonos – ao serem obrigados a sobreviver num regime ambiental quente e úmido, descontextualizado por completo da realidade de países como a Inglaterra – berço da teoria howardiana de cidade-jardim.

AÇÃO PRIVADA: CIDADES NOVAS E O CASO DE ALTA FLORESTA (MT)

A colonização oficial, que tem como grande exemplo o caso dos PICs, ainda na década de 1970 revela não atingir seus objetivos, realocando somente 40.000 colonos entre 1970 e 1979, número abaixo do esperado (Philippe Léna apud TOURNEAU; BURSZTYN, 2010). A partir do meio daquela década, o governo articula-se com cooperativas detentoras de *know-how* (colonização) localizadas no sul do país, para que essas se responsabilizassem pela implementação dos programas de colonização, inclusive inibindo posseiros e remembrando terras (INCRA apud SANTOS, 1985).

A rodovia BR-163 (Fig. 12), que interliga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), é exemplar desse processo, pois apresenta ao longo de seu eixo inúmeros processos de colonização empreendidos por empresas privadas, como aquele que deu origem a quatro cidades novas: Santa Carmen, Vera, Cláudia e Sinop. O nome de uma delas, Sinop, inclusive advém de "Sociedade Imobiliária do Nordeste do Paraná", o Grupo Sinop S.A. – sediada na cidade nova de Maringá –, o que aproxima as ações mato-grossenses àquelas feitas por empreendedores privados no Paraná em meados do século XX. Na cidade nova de Sinop verifica-se como a terra se torna um atrativo para o investimento privado, uma reserva de valor que vai garantir, com sua venda, um retorno imediato, antes que a produção rural começasse a dar retorno (OLIVEIRA, 1988). Ou seja, a iniciativa privada descobre como se utilizar da conjuntura política para tirar seu excedente não somente do setor produtivo, mas também do setor imobiliário.

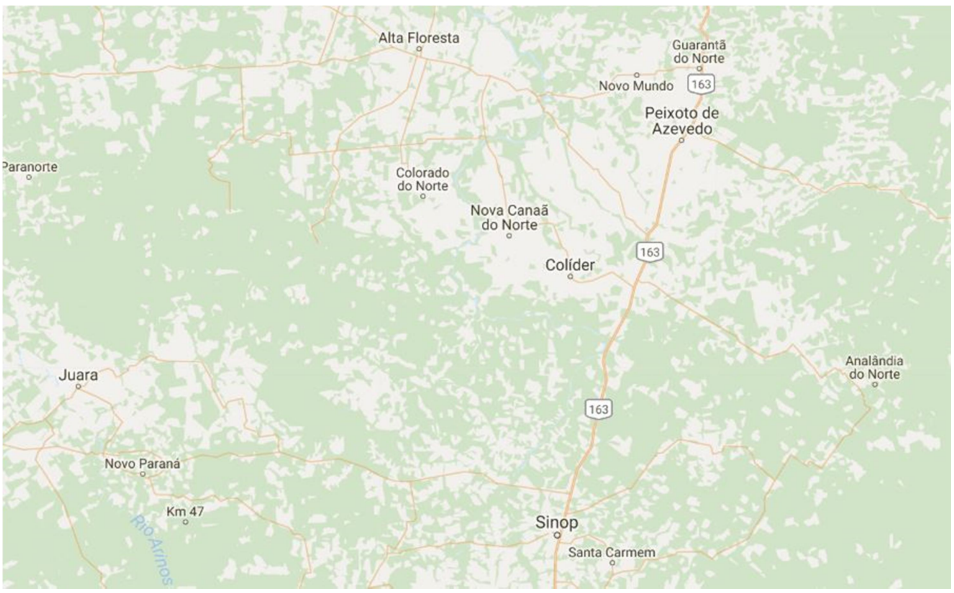

Fig. 12 - Imagem de satélite atual da região da BR-163 (MT), com inúmeras cidades novas.

Fonte: *Maps*, Google, acessado em 19/07/2018, adaptado pelos autores.

Assim, o norte do Mato Grosso, às margens da BR-163, foi uma região de expansão desse tipo de empreendimento, sob o nome de "colonização particular". Às empresas sulistas, dirigidas para colonos também sulistas, foram vendidas diversas glebas de terra destinadas a atividades agrícolas, implantadas por elas por meio desses projetos de colonização (COY; KLINGLER, 2014). Podemos levantar o caso de Canarana e Água Boa, na região do Araguaia; e, ao redor do polo de Alta Floresta, os casos de Carlinda, Paranaíta, Apiacás, Nova Monte Verde e Nova Bandeirantes, todas da gleba INDECO (BONINI et al, 2013; COY; KLINGLER, 2014). Como evidenciam Coy e Klingler:

> "Segundo dados do INCRA, foram vendidos até o final da década de 1980, mais de três milhões de hectares, correspondendo a 18.000 parcelas individuais, em aproximadamente 85 projetos de colonização particular, controlados por mais de 50 empresas, principalmente oriundas do Sul e Sudeste operando no setor da colonização particular." (COY; KLINGLER, 2014, p. 8)

Bonini et al (2013) afirmam que a construção da BR-163 foi marcada por muitos conflitos e crimes (incluindo mortes), vindo de várias partes: indígenas, posseiros, colonos, colonizadores e garimpeiros; além de um intenso e crescente desgaste de recursos naturais. No entanto, isso não foi o suficiente para desencorajar qualquer fluxo migratório partindo do sul do país. Apesar de não serem estimuladas, como as famílias do Sul e Sudeste, podemos afirmar que também do Nordeste vieram muitos migrantes (COY; KLINGLER, 2014).

A migração nordestina iria influenciar principalmente na formação de Alta Floresta, cidade de responsabilidade da colonizadora INDECO S.A. (Integração, Desenvolvimento e Colonização), do político e "bandeirante" Ariosto da Riva (TAFNER JR.; SILVA, 2016). Às primeiras aparências, tal fato seria impensado, pois o projeto privado, assim como os de outras colonizadoras, foi destinado aos colonos do sul do país, em especial do Paraná, onde seus escritórios de venda foram instalados. A migração sulista para a região foi bastante intensa, principalmente devido à intensa propaganda que a colonizadora promoveu. No entanto, a partir de certo momento, essa propaganda foge do controle e ganha capilaridade, atingindo públicos além do alvo desejado (TAFNER JR.; SILVA, 2016).

Para dar respaldo científico a seu projeto, a colonizadora INDECO S.A. precisaria da comprovação de um bom solo, financiando pesquisas para obter essa legitimidade. A colonizadora também promoveu constantes visitas de interessados sulistas à região. Não se restringindo a isso, a propaganda também tratou de apagar a história dos conflitos constantes que ocorreram desde o seu início – com indígenas locais – quando de seu desenvolvimento – com garimpeiros (TAFNER JR.; SILVA, 2016).

O movimento migratório saiu do controle da INDECO S.A. quando se descobriu o ouro, e combinado com a conjuntura de desalento de muitos colonos que haviam ido para diversos assentamentos na região amazônica sem conseguir terra ou se manter – resultado dos fracassos de acolhimento de muitos PICs – muitos foram os que se lançaram garimpeiros na região. Esse movimento marcou um período de pelo menos dez anos de conflito na

cidade, entre colonos – estimulados pelos colonizadores – e garimpeiros, que vinham principalmente do Nordeste ou do Norte.

Essa situação modificou completamente a lógica do projeto, pois, inicialmente, como apontam Bonini et al (2013, p. 180): "O loteamento foi feito de forma a contemplar o estabelecimento de três categorias de empreendimentos rurais: exploração agrícola – regime de agricultura familiar; exploração agrícola – regime empresarial (pequenos e médios empreendimentos); e exploração agroflorestal ou agropecuária de grande porte" (Fig. 13). A obra da rodovia MT-208, que liga a BR-163 até a cidade, terminou de ser construída em 1976 em decorrência de investimentos maciços da colonizadora, incluindo o projeto da sede da cidade nova (Fig. 14), que precisava de celeridade para que seu empreendimento entrasse em vigor (TAFNER JR.; SILVA, 2016).

Fig. 13 - Parcelamento do município de Alta Floresta, projeto da INDECO S.A.
Fonte: JATENE, 1983.

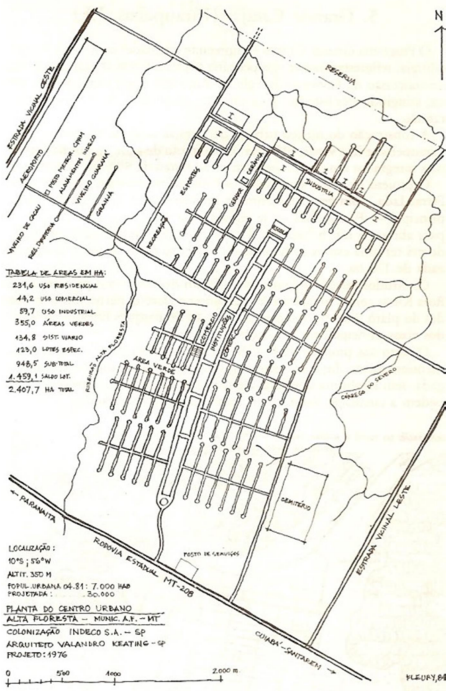

Fig. 14 - Núcleo urbano de Alta Floresta, projeto dos arquitetos Maria Cristina e Vallandro Keating, de 1976.
Fonte: AU, 1987.

A aliança da colonizadora com o Estado era tão forte que todas as vontades políticas eram satisfeitas, devido a grande influência do empreendedor Ariosto da Riva na esfera pública. Desde ajuda de militares de alta patente para administrar as obras, até a força policial, a colonizadora detinha o monopólio indireto. Mesmo depois de 1981, quando o primeiro prefeito tomou posse, a colonizadora ainda possuía uma forte influência, inclusive usando disso para promover confrontos dos colonos contra os garimpeiros, tidos como uma ameaça a seu projeto. Entretanto, cedo ou tarde acabou tendo que ceder, pois mesmo alguns colonos originais acabaram partindo para a atividade garimpeira quando perceberam que a atividade de cafeicultura não era adequada aos solos da região (BONINI et al, 2013; TAFNER JR.; SILVA, 2016).

A atividade de garimpo exerceu uma fortíssima influência no desenvolvimento urbano. Com o preço do ouro em alta no início da atividade, era praticamente impossível conseguir parar a intensa migração. Além disso, a atividade aurífera foi o que ajudou a criar alguma economia urbana, movimentando o comércio local e criando alguns estabelecimentos – de restaurantes a caríssimos prostíbulos. Mesmo projetos de infraestrutura eram feitos para viabilizar a atividade, como pistas de pouso. Por fim, a INDECO S.A. teve que ceder e firmar um acordo, destinando assim algumas glebas mais distantes do projeto original para aqueles que vieram trabalhar no garimpo (TAFNER JR.; SILVA, 2016), modificando a própria lógica de crescimento da cidade.

O projeto de Alta Floresta veio da divisão de uma área de 40.000 hectares em duas glebas, ficando a outra destinada ao projeto de Paranaíta. Para cada uma delas foi previsto um núcleo urbano com "[...] infraestrutura física, social e econômica e núcleos de apoio nos principais nós do sistema viário." (JATENE, 1983, p. 33) Dos loteamentos destinados à colonização, haveriam 318 lotes de 100 hectares e 206 lotes de 300 hectares, além de lotes agropecuários autônomos – AF1 a AF18 – que corresponderiam, no seu conjunto, a 112.435,03 hectares. No projeto há reservas destinadas "[...] à pesquisa e experimentação, à defesa de mananciais de água e a recursos naturais nobres, à exploração direta pela empresa e à expansão de loteamento colonial." (JATENE, 1983, p. 35) Ainda houve uma determinação interna aos lotes para o uso racional da terra, como descrito na Tabela 3.

USOS	LOTES TIPO A (ha)	LOTES TIPO B (ha)
Culturas temporárias	25	45
Culturas permanentes	20	50
Outros usos	5	5
Área de reserva - técnica	50	50
Área de reserva - florestal		150
Total	**100**	**300**

Tabela 3 – Delimitação do uso de lotes do parcelamento de Alta Floresta.
Fonte: JATENE, 1983 (rediagramado pelos autores).

A INDECO S.A. controlaria, além disso, toda a implantação da infraestrutura da cidade, o fornecimento de insumos, a venda, troca ou qualquer outro tipo de comercialização da terra, além de prover a assistência técnica. A venda, entretanto, só ocorria nos seus escritórios autorizados no Paraná, de modo que o colono deveria atender a determinados critérios, dentre eles: ter uma acumulada experiência agrícola, ter menos de 50 anos e possuir uma quantidade determinada de recursos próprios (JATENE, 1983). Em suma, a empresa era a entidade mais soberana dentro desse espaço, sendo, inclusive, mais que o próprio Estado, pois nesse ela exerce influência.

Assim, Alta Floresta é uma cidade de fundação privada com caráter agrícola, a qual se beneficia diretamente da especulação e retenção imobiliária. Essa atividade se verifica pela própria configuração da gleba, na qual uma parte é explicitamente destinada para exploração direta da empresa ou para loteamentos coloniais futuros. Trata-se de uma dupla garantia: se a terra fosse produtiva, nessa a empresa teria preferência de explorar; se assim não fosse, nela a empresa teria o direito de especular e vender posteriormente.

Sobre o projeto do núcleo urbano, este tem como ponto de partida um eixo central (espinha dorsal), levemente arqueado, que parte do sul para o norte. Para abrigar os prédios institucionais, foi elaborada uma esplanada de 100 metros de largura, com vias de 30 metros cada, o que contribui para uma das principais críticas ao projeto. Como aponta o arquiteto e professor José Luiz Fleury de Oliveira para seu asfaltamento excessivo, com suas "[...] vias desnecessariamente largas, de alto custo de pavimentação e manutenção que resultam em grandes superfícies impermeabilizadas e irradiadoras de calor." (AU, 1987, p. 68) Do eixo principal, partiram ruas secundárias que dariam acesso ao setor residencial, culminando em ruas do tipo *cul-de-sac*. As deficiências do projeto se encontram justamente com relação ao desmatamento e asfaltamento excessivos, que impossibilitam combinados ao meio ambiente e clima locais, que por serem regidos ora por um calor escaldante ora por chuvas torrenciais, gera um tremendo martírio aos habitantes (AU, 1987).

Conforme matéria da revista AU (1987), os principais problemas dos projetos urbanísticos realizados na Amazônia foram ter importado modelos de urbanização centro-sulista, ao invés de ter observado como as populações locais interagiam com o meio ambiente. Consta ainda na matéria que uma ocupação adequada sequer poderia abrir uma área tão grande no meio da floresta, conforme apontam estudos de impacto, e que seria necessário repensar as formas de urbanização por se tratar de um ambiente quente e úmido, equatorial, ou seja, com uma angulação solar que pouco varia. Em suma, um ambiente diferenciado dos regimes do Nordeste, Sudeste e Sul. Ou seja, um projeto nitidamente importado, pensado dentro de quatro paredes, em escritórios privados distantes ao sítio de implantação.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos desse estudo visaram a uma melhor compreensão dos planos e projetos de ocupação, colonização e urbanização da Amazônia Legal durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), considerando as ações promovidas tanto pelas instituições oficiais criadas e reorganizadas nesse momento como por iniciativas privadas. Com isso, pudemos identificar, por meio de dados buscados em fontes bibliográficas, portais eletrônicos e em documentos arquivados pelo INCRA e pela SUDAM, as peças históricas que permitiram expor um panorama, mesmo que incompleto e provisório, das colônias e cidades novas implementadas nesse período, tanto no âmbito da colonização oficial como de empreendimentos privados.

O Brasil passava, naquele momento, por uma ampla reorganização institucional, espacial, econômica e política que visava vários objetivos de uma só vez: desenvolvimento, integração do território, expansão da fronteira produtiva e econômica e alívio de conflitos de diversas naturezas. A SUDAM e o INCRA foram os novos rostos da modernização conservadora que os governos pretenderam implantar a fim de conferir planejamento e uma maior racionalização de sua rede institucional. Já a materialização, em si, se deu por meio da implantação de infraestruturas de transporte, redes de comunicação e energia, criação de polos industriais e agropecuários, e, finalmente, a criação de colônias agrícolas e cidades novas. Numa primeira fase, temos os Projetos Integrados de Colonização (PICs), geridos e

planejados pelo INCRA; numa segunda fase temos uma maior preponderância dos projetos de colonização particular, sobretudo no estado do Mato Grosso.

Assim, essa pesquisa procurou focar nesses dois casos, um oficial e outro privado. No caso dos PICs, tal ação foi embasada por um trabalho teórico – Agrovilas, Agrópolis e Rurópolis – do urbanista carioca José Geraldo da Cunha Camargo, que muito herda de princípios da cidade-jardim howardiana. A sua execução, no entanto, muito mais se assemelha a um grande loteamento da floresta amazônica a partir de uma malha que acaba afastando indivíduos inseridos nessas comunidades, abrigando em si mais uma marca do domínio racional e exploratório sobre o território e sobre os agentes ancestrais que ali se encontravam. Já os projetos de colonização privada seguem uma linha distinta e mais controlada de ocupação. No caso de Alta Floresta (MT), o seu projeto urbanístico se apresenta como um modelo que resguarda muitos princípios modernistas, importado de modo alheio ao regime climático, quente e úmido, da região. Além disso, vemos um ostensivo domínio da colonizadora sobre todos os meios de reprodução social e econômica da cidade, partindo de um planejamento mais pragmático. No entanto, esse controle exacerbado e autoritário – muito similar àqueles presentes em cidades empresarias – conflita diretamente com variantes sociais, no caso, a migração vinda principalmente do Norte e do Nordeste em busca de ouro, o que termina por conformar o seu desenvolvimento urbano.

Esperamos, assim, ter colaborado com a nossa disponibilização de dados e elaboração teórica e histórica para discussão e reflexão de políticas regionais e territoriais no país, além de contribuir com novos dados para o fomento da pesquisa “Atlas de Cidades Novas do Brasil Republicano” e do projeto “Cronologia do Pensamento Urbanístico”.

REFERÊNCIAS

AMARAL, José Januário. A colonização agrícola em Rondônia. *Boletim Presença*, Porto Velho, v.2, n.6, set. 1995.

AU. *Planeta Amazônia*, São Paulo, Pini, v.3, n.10, fev./mar. 1987.

BECKER, Bertha Koiffmann. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, n.12, 135-159, 2001.

BONINI, Isabelle; PESSOA, Marcos José Gomes; SEABRA JÚNIOR, Santino. Faces da produção agrícola na amazônia mato-grossense: tipos de formação, origem dos agricultores e impactos na conservação ambiental em Alta Floresta (MT). *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v.16, n.1, 173-190, jun. 2013.

BRITO, Daniel Chaves de. SUDAM e a crise institucional do desenvolvimento na Amazônia. *Núcleo de Altos Estudos Amazônicos* (NAEA), Belém, n.96, julho de 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.3, 39-68, jul./set. 1987.

COY, Martin; KLINGLER, Michael. Frentes pioneiras em transformação: o eixo da BR-163 e os desafios socioambientais. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v.7, n.1, 1-26, abr. 2014.

CUNHA, Eliaquim Timóteo da; MOSER, Lilian Maria. Os projetos de colonização em Rondônia. *Revista Labirinto*, Porto Velho, v.10, n.14, dez. 2010.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Colonização da Amazônia: PIN*. [S.L.]: Graphos, 1972.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *INCRA nos estados: informações gerais sobre os assentamentos da reforma agrária*. Disponível em: http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php. Acesso em: julho de 2018.

JATENE, Heliane da Silva. Reabertura sobre controle: a colonização particular dirigida de Alta Floresta. Dissertação de mestrado em sociologia. Campinas: Setor de Humanas, Unicamp, 1983.

KOHLHEPP, Gerd. Estratégias de desenvolvimento regional na Amazônia brasileira. *Finisterra*, v.16, n.31, 63-94, 1981.

MAIA, José. *Causas oficiais que levaram a colonização oficial da Amazônia a constituir-se meta setorial de uma política de desenvolvimento planejado*. Dissertação de mestrado em administração. Florianópolis: Centro Sócio-Econômico, UFSC, 1983.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.19, n.53, 187-207, jan./abr. 2005.

MOREIRA, Cláudia Cristina Pacheco. A extinção da SUDAM e da SUDENE. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v.40, n.157, 209-221, jan./mar. 2003.

MOREIRA, Ruy. Sociedade e Espaço no Brasil (As Fases da Formação Espacial Brasileira: Hegemonias e Conflitos). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.83, 7-33, 2005.

OLIVEIRA, Marília Luiza Peluso de. O projeto de colonização particular na Gleba Celeste, na Fronteira Agrícola. *GeoSul*, Florianópolis, v.3, n.6, 21-38, 1988.

OLIVEIRA, Oleídes Francisca de. *Território e cidadania em Rondônia: estudo das políticas de desenvolvimento rural sustentável nos territórios Central e Madeira Mamoré*. Tese de doutoramento. Santa Cruz do Sul: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional) - UNISC, 2012.

PEDLOWSKI, Marcos Antonio; DALE, Virginia H. Land-use practices in ouro preto do oeste, Rondonia, Brazil. *Environmental sciences division*, Oak Ridge, n.3850, 1-41, set. 1992.

PEREIRA, Denise Gonzalez. *Rolim de Moura: uma cidade do agronegócio na fronteira agrícola amazônica*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia). Foz de Iguaçu: Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território - UNILA, 2017.

REGO, Renato Leão. A integração cidade-campo como esquema de colonização e criação de cidades novas: do Norte Paranaense à Amazônia Legal. *Revista Brasileira* de *Estudos Urbanos e Regionais* (Online), v.17, n.1, 89-103, abr. 2015.

SANTOS, Danielle Ivana Pereira dos et al. Análise multitemporal de uso e ocupação do solo do núcleo inicial do projeto integrado de colonização Paulo de Assis Ribeiro no município de Colorado do Oeste – RO. *Caderno de Geografia*, v.25, n.43, 34-51, 2015.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Política de colonização agrícola e o protesto camponês. *Ensaios FE*, Porto Alegre, v.6, n.2, 127-140, 1985.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Camponeses e trajetórias migratórias: do sul para a Amazônia ocidental. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v.91, 65-86, 1993.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, César Augusto Martins de. Percorrendo memórias nacionais na rodovia transamazônica. In: SCHITTINO, Renata Torres; CORDEIRO, Janaina Martins (org.). *Os caminhos da história política: os 20 anos do NEC-UFF*. Rio de Janeiro: PPGHistória-UFF, 2016, 105-113.

SPVEA - SUPERINTENDÊNCIA DE PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. *Plano Quinquenal e Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia*. Belém: Setor de Coordenação e Divulgação, 1954.

SUDAM - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (org.). *Álbum Operação Amazônia*. Belém: [S.I.], 1967a.

SUDAM - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. *O nôvo sistema de ação do gôverno federal na Amazônia: Legislação básica*. Volume 1. Rio de Janeiro: Spencer, 1967b.

SUDAM - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. *Operação Amazônia: Discursos*. Belém: Serviço de Documentação e Divulgação, 1968.

SUDAM - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. *Subsídios ao plano regional de desenvolvimento (1972-1974). Legislação básica*. Belém: [S.I.], 1971.

SUDAM - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. *Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia POLAMAZÔNIA: Síntese*. Belém: [S.I.], 1975.

TAFNER JÚNIOR, Armando Wilson; SILVA, Fábio Carlos da. Alta Floresta: uma colônia de Ariosto da Riva em Mato Grosso. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v.19, n.3, 205-232, set./dez. 2013.

TEIXEIRA, Lucineide da Silva. *Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos fundiários em torno do projeto integrado de colonização Sidney Girão (1970-2004)*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – PUCRS, 2015.

TOURNEAU, François-Michel Le; BURSZTYN, Marcel. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v.13, n.1, 111-130, jan./jun. 2010.

TREVISAN, Ricardo. *Cidades Novas.* Tese de doutoramento. Brasília: FAU-UnB, 2009.

TREVISAN, Ricardo. Cidades plantadas na floresta amazônica: ações estatais para ocupação e urbanização do centro-norte brasileiro. 2011. *Revista Geográfica De América Central*, vol.2, n.47E. Disponível em: http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2209. Acessado em: agosto de 2018.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros; SÃO PAULO, Kamonni de. Colonização pela "pata de vaca": apontamentos sobre ocupação, migração e precarização da mão de obra rural na Zona da Mata Rondoniense. *Trilhas da História*, Três Lagoas, v.6, n.11, jul./dez. 2016.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p.169-241.